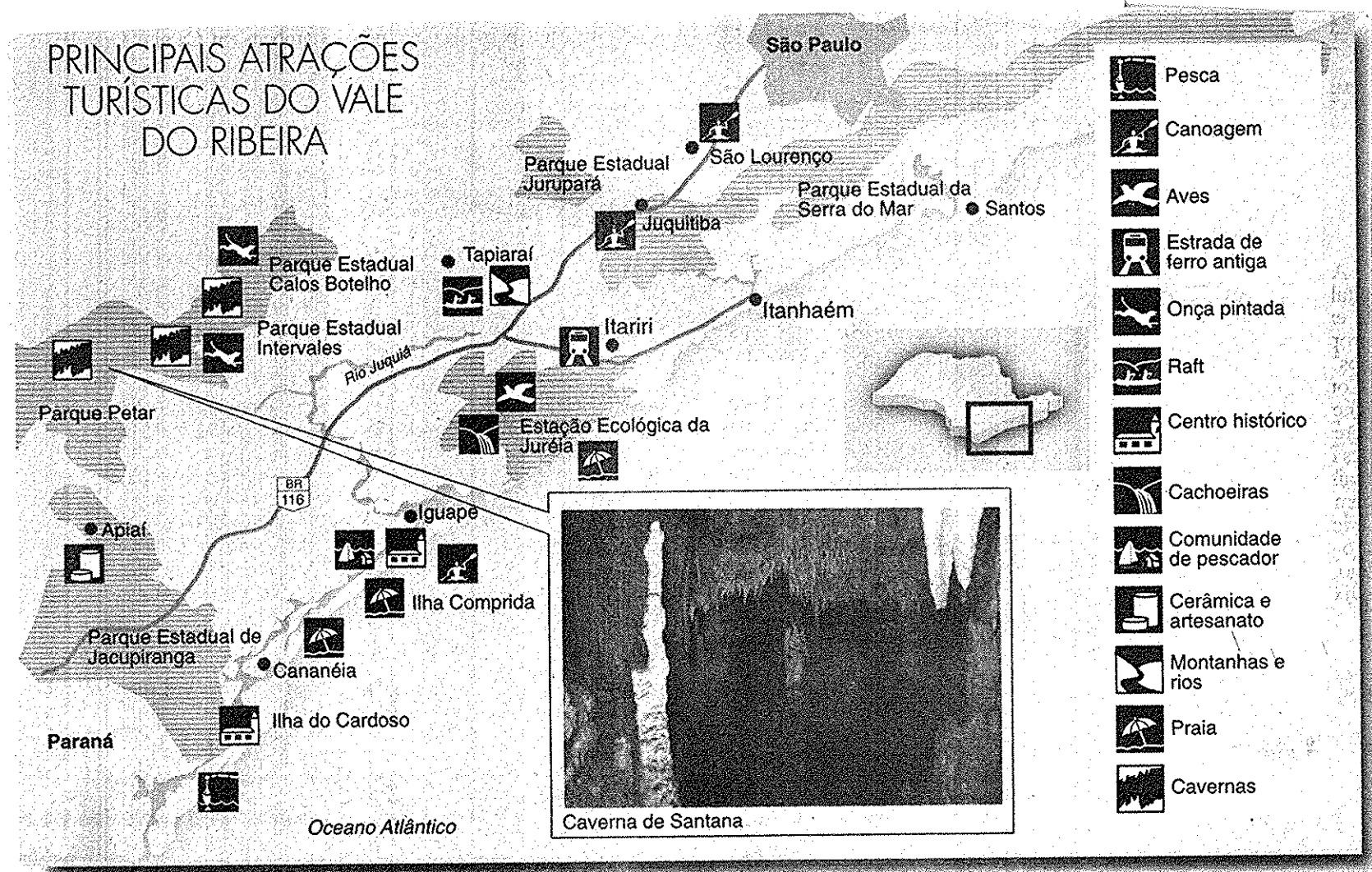


Documentação  
 JT  
 26/9/96 Ps 19 A  
 18



# VALE DO RIBEIRA ABERTO AO ECOTURISMO

**Governo quer melhorar a Infra-estrutura da região para garantir atividades não-predatórias à população local**

Ecoturismo no Vale do Ribeira. Essa é a saída que o Governo do Estado de São Paulo pretende adotar para oferecer alternativas econômicas à população da região — onde 70% dos habitantes têm renda de apenas 1,5 salário mínimo — e, ao mesmo tempo, brecar a degradação ambiental que está avançando justamente por falta de opção das comunidades locais, que têm suas atividades limitadas porque 60% das terras ali abrigam unidades de conservação.

Aproveitando o fato de o Vale do Ribeira ser hoje a região do País que conserva a maior área remanescente contínua de Mata Atlântica, o governo está lançando uma Agenda de Ecoturismo para a região. Trata-se de um compromisso firmado

entre seis Secretarias Estaduais, coordenadas pela Secretaria de Meio Ambiente, e prefeituras de 25 municípios, para implementar o desenvolvimento sustentável e lançar o Vale do Ribeira como roteiro mundial de turismo ecológico.

Desde março de 95 grupos de trabalho locais, coordenados pela Fundação Florestal, estão identificando atrativos e avaliando a infra-estrutura necessária. Além de parques estaduais que abrigam grande diversidade de espécies de fauna e flora, rios de corredeiras, cachoeiras, praias, mais de 250 cavernas, estuários,

**Idéia é captar recursos para construção de pousadas, hotéis, e restaurantes**

manguezais, dunas e montanhas, o Vale do Ribeira tem um belo patrimônio histórico-cultural com construções do século XVI (veja mapa).

A infra-estrutura para o turismo ali é bastante precária e a idéia é captar recursos para construção de pousadas, hotéis, restaurantes, e estradas-parque — tudo dentro do conceito ambiental. Moradores de áreas rurais serão incentivados a abrir pequenos restaurantes ou hospedagens. Além disso, a extração sustentável de recursos florestais, principalmente plantas medicinais, ornamentais e palmito, também

terá incentivo. Os pequenos posseiros, sem documentação, terão a posse da terra legalizada para que possam manejar recursos naturais dentro da lei.

A Agenda prevê cursos para formação de guias, de turismo ecológico e treinamento em culinária e hotelaria para comunidades locais. Também está prevista a recuperação dos sítios históricos em Cananéia e Iguape, com custo estimado em R\$ 30 milhões.

O secretário de Meio Ambiente, Fábio Feldmann, se comprometeu a legalizar a extração de palmito até o final do governo. E anunciou também que irá privatizar a administração da Caverna do Diabo — a licitação para a concessão de serviços está aberta.  
**Patrícia Ferraz**